

Governo consegue aprovar pacote no último momento

Brasília — Foto de Luciano de Andrade

Brasília — O pacote fiscal finalmente aprovado pelo Congresso, depois de um processo tumultuado de discussão e votação, dentro dos próximos dias será sancionado pelo presidente José Sarney. Com isto, está pronta a peça-chave do programa econômico montado para 86, com dois objetivos básicos: o reequilíbrio financeiro do setor público e a promoção de maior justiça social. Pelo menos, foi deste modo que seguidamente o pacote foi apresentado à população pelo ministro da Fazenda, Dilson Funaro e pelo próprio presidente.

O pacote se encaixa, assim, num conjunto que exhibe, como outras peças, a unificação do índice que reajusta salários e preços e o programa de prioridades sociais, com recursos de Cr\$ 76 trilhões, a serem aplicados ao longo de 1986.

Haveria um quarto componente: o programa de privatização das estatais. Mas a dubiedade do texto do Projeto 6969 — e redações incorretas, ou imprecisas de projetos e decretos vão se transformando numa praxe, do atual governo — determinou que o Planalto o retirasse do programa, à última hora. Como estava formulado, o projeto permitia a interpretação de que era possível acabar com o monopólio estatal do petróleo. E, sendo matéria bastante polêmica, dificilmente a privatização das estatais voltará ao Congresso, sem uma profunda revisão, no próximo ano.

Mudanças para o contribuinte

Neste conjunto, que tem como uma das conseqüências positivas para o governo a redução do déficit público em cerca de Cr\$ 145 trilhões, ou, em termos percentuais, de 2,8% para 0,5% do PIB, o pacote fiscal alcançou o lugar da grande estrela. O que se justifica pelas repercussões imediatas que provocará no bolso do contribuinte e pelos efeitos que espalha sobre empresas e mercado financeiro.

O pacote aprovado, com algumas diferenças em relação ao projeto apresentado pelo governo, tem, como medidas de maior peso para a grande massa de assalariados, o aumento do limite da isenção de Imposto de Renda para quem ganha até cinco salários mínimos (ou até sete, no caso de ter três ou mais dependentes) e uma drástica redução da retenção na fonte, para assalariados que ganham até 40 salários mínimos mensais.

Significativa também — o que não quer dizer vantajosa — é a mudança na sistemática de devolução do Imposto de Renda retido em 1985, que será feito num único cheque, somente para quem tem apenas até 15 ORTNs para receber (o governo propunha até 10 e o Congresso alterou a proposta). Quem tem maiores devoluções, as receberá em até quatro anos.

O pagamento do carnê-leão, para profissionais liberais e beneficiados por renda de aluguéis, passa a ser mensal. E, com isto, completam-se as mudanças principais para pessoa física.

Para as empresas, a alteração mais importante é a obrigatoriedade de declaração semestral, no caso de terem lucro anual superior a Cr\$ 2 bilhões 500 milhões, o que atinge 3.800 delas. No mercado financeiro, o que o pacote trouxe foi a unificação em 40% da alíquota do Imposto de Renda sobre os juros de títulos com correção pós-fixada, independente do prazo de aplicação, além da taxa em 0,5% do IOF sobre operações no mercado de opções.

O pacote aprovado ontem pelo Senado tem um ambicioso programa nas áreas de alimentação, saúde, abastecimento, habitação, saneamento e assentamento rural, com recursos de Cr\$ 76 trilhões ao longo de 1986.

No pacote foram introduzidos três novos programas sociais: o de medicamentos imunobiológicos, o de leite para crianças carentes e o da ampliação da merenda escolar, que ao invés de ser servida durante 180 dias úteis, como aconteceu em 1985, atingirá todos os 270 dias úteis em 1986.

O Ministro do Planejamento João Sayad, preocupado com os efeitos do emperramento da máquina administrativa, está pensando em descentralizar as decisões, de modo a diminuir a presença estatal na condução dos projetos de interesse social.

Experiência nesse sentido será tentada com o programa nacional do leite para crianças carentes, que pretende atender a 1 milhão e 500 mil crianças de até sete anos de idade das famílias com renda mensal de até dois salários mínimos mensais. A distribuição dos cupons que darão direito a um litro de leite para cada portador, por exemplo, será feita preferencialmente através de entidades privadas como os conselhos de comunidade.



Senadores, exaustos, aprovaram pacote às 8h15min, depois de 19 horas de discussão